



A CONSTRUÇÃO DO OUTRO E A CONQUISTA DA TERRA: uma comparação entre *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Coração das trevas*, de Joseph Conrad

CREATING OTHERNESS AND THE CONQUER OF LAND: a comparison between *Backlands*, by Euclides da Cunha, and *Heart of darkness*, by Joseph Conrad

LA CONSTRUCCIÓN DEL OUTRO Y LA CONQUISTA DE LA TIERRA: una comparación entre *Los sertones*, por Euclides da Cunha, y *El corazón de las tinieblas*, por Joseph Conrad

Alan Osmo¹

Resumo: *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Coração das trevas*, de Joseph Conrad, foram publicados no mesmo ano, em meio a um contexto político e intelectual marcado pelo imperialismo europeu e pelo racismo científico. Neste artigo, proponho uma comparação entre as duas obras a partir de uma perspectiva decolonial. São abordados três pontos principais: primeiro, como, nas duas obras, se projeta sobre a terra uma imagem de outro mundo habitado por um povo totalmente estranho; segundo, como ambos os autores descrevem um deslocamento no espaço a partir de uma viagem no tempo, criando a ideia de grupos pré-históricos cujos hábitos precisavam ser suplantados; terceiro, como os dois escritores elaboram sua narrativa de perspectivas muito distintas: enquanto Conrad constrói um personagem fictício que narra os acontecimentos, Euclides

¹ Alan Osmo Atualmente é pesquisador de pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp com financiamento CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1046-7934>. Email: alanosmo8@gmail.com.

da Cunha cria a imagem de um escriba invisível, que supostamente conta a história a partir de um ponto de vista neutro e científico.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; Joseph Conrad; Decolonialidade.

Abstract: *Backlands*, by Euclides da Cunha, and *Heart of darkness*, by Joseph Conrad, were both books published in the same year, in a political and intellectual context marked by the European imperialism and the scientific racism. This paper aims to make a comparison between the two literary works, based on a decolonial point of view. Three main topics are approached: first, how in both narratives an image of a strange world inhabited by totally different people is projected to the land; second, how the two authors describe a geographical journey in terms of a time travel, creating the idea of prehistorical groups of people whose habits needed to be supplanted; third, how both writers elaborate their narratives from very different perspectives: while in Conrad there is a fictive character who narrates the story, in Euclides da Cunha there is the image of an invisible scribe who supposedly transmits history from a neutral and scientific point of view.

Keywords: Euclides da Cunha; Joseph Conrad; Decoloniality.

Resumen: *Los sertones*, por Euclides da Cunha, y *Corazón de las tinieblas*, por Joseph Conrad, fueron publicados en el mismo año, en medio de un contexto político e intelectual marcado por el imperialismo europeo y el racismo científico. En este artículo propongo una comparación entre las dos obras desde una perspectiva decolonial. Se abordan tres cuestiones principales: primero, cómo en ambas obras se proyecta sobre la tierra una imagen de otro mundo habitado por un pueblo totalmente distinto; segundo, cómo ambos autores describen un desplazamiento en el espacio a través de una viaje en el tiempo, creando la idea de grupos prehistóricos cuyos hábitos necesitaban ser suplantados; tercero, como los dos escritores elaboran su narrativa desde perspectivas muy diferentes: mientras Conrad construye un personaje ficticio que narra los hechos, Euclides da Cunha crea la imagen de un escriba invisible, que supuestamente cuenta la historia desde una perspectiva neutra e científica.

Palabras clave: Euclides da Cunha; Joseph Conrad; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

Em um instigante ensaio que me serviu de inspiração para este trabalho, Walnice Galvão (2009) propõe uma comparação entre Euclides da Cunha e Joseph Conrad, a partir da ideia de que os dois escritores possuíam uma relação especial com o imperialismo do final do século XIX, que condicionou suas vidas e

obras.² Não apenas esses autores tematizaram o espaço imperial – o oceano, e o sertão – como eles próprios se movimentaram por esse espaço: os dois “foram participantes e, até certo ponto, membros ativos do imperialismo finissecular, que vigorou até a Primeira Grande Guerra” (GALVÃO, 2009, p. 87). Na leitura de Galvão, esses escritores captam as rupturas resultantes do contato de civilizações, de modo que em suas obras expressam uma “percepção agônica e antitriunfalista” (GALVÃO, 2009, p. 72). De algum modo, a participação deles no imperialismo, no colonialismo e no genocídio resultante também os dilacerou.

É famosa a citação de Conrad que serve de epígrafe ao livro *Cultura e imperialismo*, de Edward Said (2011), que diz: “A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando a examinamos bem de perto” (CONRAD, 2008, p. 15). Ela, que bem poderia se referir ao contexto brasileiro e a Canudos, parece carregar um tom paradoxal: ao mesmo tempo uma crítica e um tom de fatalidade, que se misturam a partir de uma ironia. Para Euclides da Cunha, “a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo” (CUNHA, 2016, p. 243). Ainda assim, o tom de seu texto, em muitos momentos, é de que não poderia ter acontecido de outra forma, afinal, “[e]ra preciso que [os rebeldes de Canudos] saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização adentro, a pranchadas” (CUNHA, 2016, p. 242). A denúncia da violência, no caso dos dois autores, parece estar lado a lado com a sua legitimação da violência por meio do discurso.

Neste trabalho, proponho uma comparação, a partir de uma perspectiva decolonial, entre *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Coração das trevas*, de Joseph Conrad, obras que coincidentemente foram publicadas no mesmo ano: 1902. O que me instigou para essa proposta foi pensar como ambas abordam o tema da memória da violência: em um caso, a do imperialismo europeu na África, e no outro contra grupos marginalizados dentro do Brasil. Além disso, os dois livros foram produzidos no contexto intelectual da virada do século XIX para o XX, em que o positivismo e o racismo científico tinham grande dominância no pensamento tanto europeu, quanto no das elites intelectuais brasileiras, que se inspiravam fortemente no que era divulgado na Europa. Assim, tanto Conrad

² Um terceiro autor que entra na comparação feita por Galvão (2009), e que não pretendo desenvolver, é T. E. Lawrence.

quando Euclides da Cunha eram completamente impregnados por teorias que defendiam a existência de raças inferiores, e que as usavam como justificativa para a dominação e exploração desses povos. Em minha leitura, inspirei-me e tentei trazer para o contexto brasileiro a proposta de Edward Said de lermos textos considerados canônicos esforçando-nos por extrair “[o] que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado” em tais obras (SAID, 2011, p. 123). Desse modo, alinho-me à sugestão de Alfredo Cesar Melo (2020) de trazer para o contexto dos estudos brasileiros a reflexão sobre os efeitos do colonialismo a partir de suas diferentes configurações históricas e políticas. Assim, a figura de Euclides da Cunha pode ser vista como um “intelectual nacional-ocidental” que de forma ambígua, no afã de construir um Brasil moderno, acaba por reproduzir lógicas de colonialidade, hierarquizando culturas, e tendo em seu roteiro a modernidade europeia como ponto de chegada. De acordo com a proposta de Melo (2020), podemos buscar explicitar os mecanismos de colonialidade presente em obras como *Os sertões*, de modo a desnaturalizar os seus pressupostos e vislumbrar o que em nome de sua estrutura foi suprimido e negado.

A CONQUISTA da terra

Edward Said afirma: “Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 2011, p. 39). Uma dimensão bastante enfatizada pelo autor é que o poder sobre esse outro território envolve não apenas a ação militar, mas também o conhecimento e a cultura. Desse modo, a luta pela geografia é complexa, pois “não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 2011, p. 40). Esse conjunto de ideias e representações pode agir no sentido de criar a imagem de uma terra composta por espaços vazios e inabitados, o que justificaria sua ocupação e colonização. É importante também a construção de uma noção “de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação” (SAID, 2011, p. 43). O empreendimento imperial, portanto, envolve fazer com que os habitantes da metrópole aceitem, e até mesmo defendam, a ideia de que territórios distantes e seus povos habitantes devam ser subjugados, e o âmbito da cultura exerce um importante papel para isso. Said questiona o papel dos críticos e intelectuais que trabalham teorias estéticas a partir de uma perspectiva de que as obras literárias

seriam desvinculadas da experiência histórica, como se fossem algo transcendente e divorciado do mundo cotidiano. Desse modo, eles permanecem “incapazes de estabelecer a conexão entre, de um lado, a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, de outro, a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas” (SAID, 2011, p. 12). O vocabulário da cultura imperial é impregnado por ideias de *raça inferior* ou *submissa*, e sua aceitação, utilização e difusão por intelectuais e artistas – e é difícil não lembrarmos aqui de Euclides da Cunha – contribuíram no próprio projeto imperialista.

Segundo Walnice Galvão, “[é] impossível ler *Os sertões* sem inteirar-se [...] de que os autores estudados por Euclides formam, no seu conjunto, a ponta de lança do imperialismo repertoriando as riquezas nativas para explorá-las em benefício das metrópoles” (GALVÃO, 2009, p. 87-88). Para a autora, no caso da Guerra de Canudos testemunhada por Euclides da Cunha, não se trata do imperialismo de alguma metrópole europeia subjugando um território ultramar, mas de um processo que caracterizou a modernização capitalista na América Latina em diversas localidades. Nesses casos, “os desígnios do poder central, implementados pelas forças armadas, são impostos à plebe rural da hinterlândia remota, a qual nem sequer concebe as razões da catástrofe que sobre ela se precipita, e que acaba resultando em seu extermínio” (GALVÃO, 2009, p. 87). Lília Schwarcz (1993) discute também como um tipo de discurso evolucionista e determinista que foi largamente utilizado pela política imperialista europeia influenciou fortemente intelectuais brasileiros do final do século XIX. A autora vai chamar de “*homens de sciencia*” intelectuais como Euclides da Cunha, que nesse período se esforçavam por explicar as especificidades do Brasil a partir de teorias raciais europeias. Em suas tentativas de criar estudos totalizantes para compreender a lógica da nação, eles consumiam “modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARCZ, 1993, p. 41). Segundo a autora, buscava-se a partir dessas teorias explicar as diferenças internas do Brasil:

Adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. [...] Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades” (SCHWARCZ, 1993, p. 38).

Um dos paradoxos da obra de Euclides da Cunha é que ela se constitui um importante marco ao denunciar, no início do século XX, um crime cometido pelo exército brasileiro que correria o risco de ficar esquecido, se não fosse o esforço do autor em preservar sua memória; por outro lado, porém, ela própria age no sentido de um apagamento ao se sobrepor às demais vozes, principalmente àquelas mais importantes de serem ouvidas: a das vítimas. Em minha leitura, proponho que *Os sertões* é simultaneamente e paradoxalmente uma denúncia ao massacre cometido contra a população sertaneja em nome da república recém proclamada, e um livro que defendia que aquele território e que as pessoas atrasadas que ali habitavam deviam de qualquer jeito ser integrados e subjugados a um projeto de nação moderno. A pergunta que fica, portanto, é se a escrita de Euclides da Cunha não contribuiria ela própria para o apagamento de memórias e vozes. Sob o pretexto de escrever a história daqueles massacrados que não puderam narrar a violência que sofreram, a escrita de Euclides acabaria por silenciá-los ainda mais. Já em 1950 José Calasans,³ um dos mais reconhecidos historiadores sobre o assunto, escrevia:

O renome da obra de Euclides como que amedrontou todos quantos pretenderam versar o mesmo tema. [...] Depois da publicação do grande ensaio, tudo que se tem feito, salvo artigos sobre pormenores do famoso embate, é cópia servil de Euclides da Cunha ou interpretação das manifestações do desventurado escritor. Estuda-se Canudos via Euclides da Cunha. A obra renomada como que extinguiu a capacidade de pesquisa em torno do doloroso momento da evolução histórica do Brasil (CALASANS, 1950, p. 8).

Em seu livro *Sentencing Canudos*, Adriana Johnson (2010) discute como, no núcleo da interpretação do conflito feita por Euclides da Cunha, está a ideia de que os sertanejos não compartilhariam o mesmo tempo e o mesmo espaço dos demais brasileiros. Isso aproxima o livro *Os sertões* de um discurso colonial. A autora vai contrapor a forma de Euclides da Cunha ver o conflito com a de outros autores, como César Zama, que diz que não havia nada extraordinário no caso do Antônio Conselheiro e seus seguidores, e que era um direito deles se declararem monarquistas, caso quisessem. Para Zama, o fato de serem brasileiros significava que qualquer violação que porventura os conselheiristas tenham cometido deveria ser vista como algo interno ao Estado e não externo. Caso eles tenham cometido

³ A obra de José Calasans é considerada um marco no sentido de propor pensar um Canudos “não euclidiano”.

algum crime, isso seria matéria de polícia e não do exército. E caso não tenham cometido nenhum crime, eles deveriam ser protegidos pelo Estado e não perseguidos por ele:

a posição de Zama ressalta por contraste certos elementos do argumento de Euclides da Cunha. [...] Zama inverte o lugar de normalidade e anormalidade na interpretação de Euclides da Cunha da situação. Para Zama, o Conselheiro e seus seguidores eram perfeitamente normais, enquanto o modo como eles foram considerados externos ao Estado-nação do Brasil foi anormal (JOHNSON, 2010, p. 117).⁴

Em *Os sertões*, é empregada com bastante frequência a imagem de uma terra estrangeira. Não apenas Canudos se constituiria como uma terra fora do país, ou um país dentro do país, mas os seus habitantes seriam outro povo, um povo diferente dos que moravam no litoral do Brasil, que, portanto, não seria brasileiro, mas que, por uma inversão de Euclides da Cunha, se tornaria aquilo que é mais autêntico do Brasil. A escrita de Euclides da Cunha é paradoxal e é importante não perder isso de vista: a terra estrangeira dentro do país e o povo outro que a habita aparecem para definir o que há de próprio do Brasil. Segundo Johnson: “Como o núcleo da constituição futura do Brasil, o sertanejo está dentro não da nação atual, mas do vetor inevitável da nação. Por conta da geografia, portanto, o sertanejo está ao mesmo tempo fora e dentro do país – não simultaneamente mas sucessivamente” (JOHNSON, 2010, p. 132-133). A autora defende que Euclides da Cunha projeta um ideal do Brasil no futuro. Portanto, no presente, o sertanejo está fora, mas a ideia é que ele esteja dentro, como núcleo dessa futura nacionalidade.

Estando fora e/ou dentro da nação, o recurso à imagem de Canudos como terra estrangeira é algo que justamente legitima a ação de um exército massacrar o próprio povo. Ora, a função de um exército, pelo menos a princípio, é a de proteger um país de ameaças externas. As forças repressivas do Estado costumam ser representadas através da polícia. Por que então recorrer ao exército, no caso de Canudos? Quando Euclides da Cunha fala de Canudos como uma terra estrangeira, como se fosse um país dentro do país, é como se ele também autorizasse o uso do exército para essa situação. Desse modo, os sertanejos que

⁴ Todas as traduções das citações do livro de Johnson (2010), bem como de eventuais outros textos de língua estrangeira, são de nossa autoria.

estão em Canudos não seriam brasileiros, seriam antes uma ameaça aos brasileiros. E, não sendo do mesmo país, fica mais fácil para a opinião pública dos habitantes das grandes cidades da costa brasileira aceitar a ação do exército. É como se esse discurso dos sertanejos como outro, e de Canudos como terra estrangeira, de alguma forma legitimasse um ataque do exército contra o próprio povo.

Na parte “O homem”, de *Os sertões*, Euclides da Cunha enfatiza que o sertanejo se desenvolveu e evoluiu de um modo “insulado” do resto do país, que não o conhece. Dentro dessa região, por vezes abordada de modo mais ampla como “sertões”, outras vezes, de modo mais restrito como “Canudos”, os sertanejos “ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo” (CUNHA, 2016, p. 103). Pelo fato de não haver uma comunicação, um intercâmbio com os habitantes do litoral, é como se os habitantes desses sertões, com o tempo, se constituíssem como um povo diverso, um povo aliás completamente outro, quase oposto dos demais brasileiros (entendidos aqui, é bom enfatizar, como os moradores dos grandes centros urbanos do litoral do Brasil). A forma como Euclides da Cunha descreve essa diferença não é simplesmente por meio de um polo positivo e um polo negativo, como se os sertanejos carregassem características negativas em contraposição às qualidades dos litorâneos. Na verdade, o autor é bem crítico aos brasileiros do litoral, que seriam apenas imitadores da Europa, e não teriam nada que o caracterizassem de fato como brasileiros. Por isso sua busca de uma autenticidade brasileira nas pessoas que encontrou em sua viagem e em sua pesquisa pelos sertões. Logo na “Nota preliminar”, Euclides da Cunha fala de um nós descrito da seguinte forma: “etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã” (CUNHA, 2016, p. 11). Se há, portanto, um nós – mesmo que seja construído de um modo autodepreciativo e irônico –, os sertanejos são construídos como um *outro* em relação a esse nós. Euclides da Cunha fala mesmo em um outro país: “Como que se criaram num país diverso” (CUNHA, 2016, p. 108)

Em alguns momentos do texto, Canudos não apenas é outro país, como se torna um não-país, um não-lugar. Isso confere um ar de excepcionalidade ao lugar e aos seus habitantes: “Canudos era uma tapera miserável, *fora dos nossos mapas*, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições” (CUNHA, 2016, p. 333, grifos nossos). A forma

como o autor descreve os soldados da expedição indo a Canudos é através da ideia de uma transição violenta entre dois mundos diferentes: “Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil” (CUNHA, 2016, p. 466). A guerra para a qual caminhavam, na descrição de Euclides da Cunha, era como uma invasão de um território estrangeiro, algo que podemos associar a uma dominação imperialista: “O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma *ficção geográfica*” (CUNHA, 2016, p. 467, grifos nossos).

Euclides da Cunha constrói, em *Os sertões*, a imagem de Canudos como o outro mundo, uma espécie de antítese de uma nação moderna marcada pelo progresso que projetava para o Brasil. Em grande parte da descrição do “homem” do sertão, predomina o caráter de estranheza, até mesmo monstruosidade, de qualquer jeito uma desumanização. De acordo com Johnson (2010), Euclides da Cunha assume uma divisão fundamental entre ele próprio e aqueles a quem ele representa, e como consequência os sertanejos não possuem voz própria. Não há a preocupação de se criar algum tipo de empatia com aquelas pessoas que foram vítimas de um massacre brutal cometido pelo exército. Quando muito, há uma visão paternalista de que se tratam de pessoas atrasadas, com pensamento infantil e delirante, que necessitariam de algum tipo de tutela para sair daquelas *trevas*, para usar uma expressão de Conrad (2008), em que viviam. Joana Barros enfatiza essa construção da diferença, por Euclides da Cunha, principalmente através de Canudos como “uma imagem fantasmagórica do passado, [...] uma tradição que precisava ser morta” (BARROS, 2019, p. 27-28). Através de uma dualidade entre arcaico e moderno, *Os sertões* petrifica uma imagem do sertanejo como alguém preso às condições do ambiente e às características de raças inferiores, como um outro que estaria atrapalhando os projetos de progresso para o país.

Também os negros nativos que viviam à margem do rio Congo, retratados no livro de Conrad, não possuem nomes, personalidades nem virtudes. Eles não têm voz no livro, aparecendo predominantemente como sombras que se movem no meio da mata, produzindo sons misteriosos com tambores e possuindo hábitos exóticos. A imagem das *trevas* remete a todo um jogo de claro e escuro, luz e sombra, que diz respeito também à possibilidade de esclarecer, compreender, levar às luzes para aquele território estrangeiro. Seria parte do empreendimento imperial jogar luz sobre essa floresta impenetrável e sobre as pessoas que a

habitam. Junto, portanto, com o poder da violência está o conhecimento, o papel da ciência europeia em amparar os domínios daqueles territórios. Esse tipo de discurso foi muito importante ao longo do século XIX para justificar o imperialismo europeu e a colonização da África como uma missão civilizadora. É como se a ocupação dos territórios, sua exploração e a subjugação dos povos que ali viviam fosse algo benéfico para eles, pois isso levaria ao progresso e até mesmo a uma maior humanização a partir de uma cultura supostamente mais civilizada. O objetivo de iluminar essas trevas, entretanto, não se dá sem resistências. Isso aparece na narrativa de Conrad seja na forma como as sombras negras que se movem na floresta subitamente podem atacar a embarcação onde o narrador se encontra, seja no modo em que o próprio território pesa com sua impenetrabilidade resistindo à racionalidade dos europeus. Há algo de inquietante, desafiador e até mesmo ameaçador na forma como o lugar – um lugar habitado por povos com uma cultura distinta – se impõe para os europeus colonizadores:

Tudo aquilo era grandioso, expectante, silencioso [...]. Perguntei-me se devia ver como um apelo ou como uma ameaça o aparente silêncio da imensidão que nos contemplava. O que éramos nós, que tínhamos ido parar ali? Seríamos capazes de dar conta daquela coisa muda, ou era ela que acabaria conosco? E senti como era imensa, diabolicamente imensa, aquela coisa que nada dizia e talvez fosse surda também (CONRAD, 2008, p. 45).

20

Chinua Achebe (2016), em um artigo extremamente incisivo e ácido sobre o livro de Conrad, denuncia o racismo que está na base da imagem dos povos africanos construída no livro. Segundo o autor, “*Coração das trevas* projeta a imagem da África como ‘o outro mundo’, a antítese da Europa e, em consequência, da civilização, um lugar onde a vangloriada inteligência e refinamento é decisivamente escarnecida pela bestialidade triunfante” (ACHEBE, 2016). Nesse sentido, não faz parte do projeto da narrativa conferir linguagem para as “almas rudimentares” da África. Para Achebe, por mais que Conrad tenha visto e condenado a violência da exploração imperial, ele ignorou que o racismo estava em sua base.

Robert Young (2005) argumenta como o desenvolvimento do racismo científico estava imbricado ao contexto da expansão colonial europeia no século XIX: “[h]á uma evidente conexão entre teorias raciais da superioridade branca e a justificação para essa expansão, que levanta questões acerca da cumplicidade da ciência, bem como da cultura” (YOUNG, 2005, p. 111). A teoria racial, por mais que buscasse um aparente tom científico em sua apresentação, tinha um enorme

apelo popular, de modo que ela logo se desenvolveu fortemente em um nível cultural. Na fase imperial das décadas de 1880 e seguintes, a ideologia cultural da raça se tornou tão dominante que as ideias de superioridade racial e de virtude da civilização se estabeleceram como as principais justificativas para a dominação europeia por quase todo o território da superfície terrestre.

A CONSTRUÇÃO do espaço anacrônico

Não apenas os sertanejos e os conselheiristas são descritos como estando fora do país, em outra terra, como também Euclides da Cunha afirma que eles estão em outro tempo. Desse modo, é como se seus modos de vida e costumes não fossem contemporâneos ao nosso, mas algo congelado de séculos atrás que por algum tipo de anomalia se manteve presente. Esse tipo de recurso de se negar a contemporaneidade do outro foi (e ainda é) muito frequente no discurso colonial, por vezes amparado em um discurso pseudocientífico, para inferiorizar o outro e dessa forma justificar sua subjugação. O antropólogo Johannes Fabian (2013) chama de *negação da coetaneidade* a tendência em situar outras culturas em um tempo que não o presente do observador. Desse modo, sociedades vivas do presente são classificadas em termos de estágios evolutivos, de forma hierarquizada, e termos como *selvagem*, *arcaico*, *primitivo* são utilizados com o propósito de produzir um distanciamento.

21

Já na “Nota preliminar” d’*Os sertões*, Euclides da Cunha diz sobre a campanha militar contra Canudos: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado” (CUNHA, 2016, p. 11). Na parte “O homem”, os sertanejos são descritos como possuindo hábitos antigos, tradições remotas e um “folclore de rimas de três séculos”. Para Euclides da Cunha, eles foram abandonados, permanecendo perdidos e desconhecidos do restante do país, entendido aqui, claro, como o litoral que vive parasitariamente aos princípios da Europa. A república é descrita pelo autor como uma irrupção repentina e improvisada da modernidade, mas que teria deixado de fora boa parte do país: “Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente” (CUNHA, 2016, p. 191). Nesse contexto, os sertanejos são descritos como “mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (CUNHA, 2016, p. 192). A questão que fica é como

integrar no projeto de nação moderna essa parte que ficou petrificada num passado arcaico. Se Euclides da Cunha durante o conflito abertamente defendeu as expedições militares contra Canudos na imprensa, em *Os sertões*, cinco anos depois, ele muda de posição e passa a denunciar o que aconteceu como crime. Entretanto, ele nunca deixa de defender que os sertanejos devem ser integrados no projeto de nação moderno representado pela república:

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 2016, p. 333, grifos nossos).

Refletindo sobre o “mito das terras vazias” muito frequente no discurso colonial, a afirmação de Anne McClintock poderia muito bem se aplicar a *Os sertões*: “A jornada colonial rumo ao interior virgem revela uma contradição, pois ela é figurada como avançando no espaço geográfico, mas regredindo no tempo histórico, para aquilo que é figurado como uma zona pré-histórica de diferença racial e de gênero” (MCCLINTOCK, 2010, p. 57). A autora denomina esse processo de *espaço anacrônico*, expondo como, por meio desse discurso, a atuação das pessoas projetadas nesse local é descrita de um modo “pré-histórico, atávico e irracional, inerentemente deslocado no tempo histórico da modernidade” (MCCLINTOCK, 2010, p. 72). É importante enfatizar a dimensão de um uso de categorias temporais para se pensar diferenças geográficas, e de como um deslocamento espacial é descrito como viagem para o passado. Segundo McClintock, com o espaço anacrônico, o avanço imperial através do espaço é figurado como uma jornada para um momento anacrônico da pré-história:

A diferença geográfica através do *espaço* é figurada como uma diferença histórica através do *tempo*. [...] A ameaçadora e resistente heterogeneidade das colônias era contida e disciplinada não porque social ou geograficamente diferente da Europa e, portanto, igualmente válida, mas porque *temporalmente* diferente e, portanto, irrevogavelmente superada pela história (MCCLINTOCK, 2010, p. 73).

Apesar do contexto diferente, podemos associar Euclides da Cunha à figura, discutida por McClintock (2010), dos exploradores sociais, que queriam representar a multidão urbana das grandes cidades europeias no final do século XIX. Segundo a autora, tratavam-se de “homens de classe média e de alta classe média [que] se aventuravam na *terra incógnita* das áreas da classe trabalhadora britânica, com a pose de exploradores em viagens a terras desconhecidas”

(MCCLINTOCK, 2010, p. 184). Eram principalmente jornalistas e escritores que, ao se aventurarem pelos cortiços, eram vistos como missionários trazendo luz à escuridão incivilizada. Os cortiços urbanos eram apresentados como problemas epistemológicos, “como mundos anacrônicos de privação e irreabilidade, zonas sem linguagem, história ou razão que só podiam ser descritas por analogias negativas, em termos do que não eram” (MCCLINTOCK, 2010, p. 186). Para a autora, mesmo sendo espaços no interior da metrópole, os cortiços eram retratados como paisagens coloniais, representando uma regressão temporal dentro da modernidade industrial. Desse modo, a ideia de espaço anacrônico, utilizada para se referir aos territórios longínquos dominados pela metrópole, abarcava também os locais de pobreza e miséria que cresciam ao redor da cidade industrial, que também necessitavam ser mapeados, disciplinados e dominados. Cabia aos exploradores sociais representar as áreas de pobreza e as classes operárias, que não tinham voz própria nesse processo e passavam a existir apenas pelo olhar do descobridor.

O deslocamento através do espaço figurado como se fosse uma viagem no tempo para o passado aparece também em *Coração das trevas*, quando o narrador Marlow conta sobre sua jornada para o interior do continente através do Rio Congo: “Subir aquele rio era como viajar de volta aos primórdios da existência do mundo, quando a vegetação cobria a Terra em desordem e árvores imensas reinavam nas matas. Um curso de água intacto, um grande silêncio, uma floresta impenetrável” (CONRAD, 2008, p. 55). A África, que na verdade não é nomeada em nenhum momento do livro, é situada não em um espaço, mas num tempo diferente, num passado remoto, numa espécie de pré-história do homem. McClintock nos lembra que Hegel “figurava a África como pertencendo não simplesmente a um espaço geográfico diferente, mas a uma zona temporal diferente, sobrevivendo anacronicamente dentro do tempo da história” (MCCLINTOCK, 2010, p. 73). Desse modo, a África pode ser vista como paradigma colonial do espaço anacrônico, uma terra que se encontra fora do tempo da modernidade. Em outra passagem do livro de Conrad, Marlow diz o seguinte:

Viajávamos pela Terra pré-histórica, uma Terra que tinha o aspecto de um planeta desconhecido. Era possível nos imaginarmos como os primeiros homens tomando posse de uma herança maldita, uma herança que precisavam domar ao preço de uma angústia profunda de um labor infindável. [...] O vapor avançava a custo, bem devagar, ao longo das bordas de um frenesi negro e incompreensível. O homem pré-histórico nos amaldiçoava, rezava para nós, dava-nos as boas-vindas – quem saberia

dizer? A compreensão do que nos cercava fugia do nosso alcance; avançávamos deslizando como fantasmas, admirados e intimamente assustados, a reação de qualquer homem sensato diante de uma irrupção exaltada entre os pacientes de um hospício. Não tínhamos como compreender porque havíamos ido longe demais, e não tínhamos como recordar porque atravessávamos a noite das primeiras eras, as eras que não deixaram sinal algum – e nenhuma memória (CONRAD, 2008, p. 58-59).

Na passagem citada, é possível ver de modo condensado como o espaço anacrônico é figurado e como isso se mistura com uma imagem desumanizada dos povos que viviam às margens do rio Congo, que são descritos como “frenesi negro e incompreensível”, “homem pré-histórico”, “pacientes de um hospício”.⁵ A cor da pele das pessoas que ali viviam vai ser associada, na narrativa, à imagem das trevas, que recorrentemente assombra e angustia o narrador Marlow, e que se refere à floresta densa, difícil de penetrar e indica a presença de um território que desafia o conhecimento. A estranheza do lugar aos olhos do europeu é traduzida como um mundo pré-histórico, como um lugar perdido do passado habitado por povos primitivos e canibais.

Kurtz, personagem de *Coração das trevas*, redige um relatório encomendado pela Sociedade Internacional para a Supressão dos Costumes Selvagens sobre a tarefa civilizatória dos brancos em meio aos selvagens da África. Seu texto se encerra com a seguinte exortação: “Exterminem todos os brutos!” (CONRAD, 2008, p. 81). Sven Lindqvist (2023) argumenta como a frase de Kurtz sintetiza uma ideia bastante frequente em intelectuais da segunda metade do século XIX de que o imperialismo europeu prestaria um grande serviço à “civilização” varrendo do mapa as raças inferiores da Terra. Inspirados pela biologia evolucionista, defendia-se que as raças inferiores estavam condenadas à extinção, de modo que as raças superiores apenas ajudariam nesse processo ao exterminá-las. Os grupos humanos que habitavam as terras que eram alvo da cobiça do imperialismo europeu seriam menos evoluídos: “[e]ram ‘fósseis vivos’,

⁵ O recurso de tentar explicar a diferença por meio de patologias mentais é bem frequente em Euclides da Cunha, que buscou interpretar a figura de Antônio Conselheiro e o fascínio que exercia entre os habitantes de Canudos em termos das teorias psiquiátricas do período. Simbólico, nesse sentido, que, terminada a guerra, a cabeça de Antônio Conselheiro tenha sido cortada após seu corpo ser desenterrado, e depois mandada para ser objeto de estudo “científico”. O responsável por examinar o crânio foi Nina Rodrigues, famoso higienista da época e grande defensor do racismo científico no Brasil, que acabou não encontrando nada de anormal (REESINK, 2013).

resquícios de um pré-histórico passado que não havia resistido ao contato repentino com o extremo oposto da escala temporal. O extermínio mostrava apenas que haviam retornado ao mundo dos mortos – o lugar a que pertenciam, segundo as regras evolutivas” (LINDQVIST, 2023, p. 169). Assim, durante a expansão colonial europeia no século XIX, muitos intelectuais começaram a encarar o genocídio como uma consequência inevitável do progresso levado aos territórios longínquos e “selvagens”. O imperialismo seria como um processo biológico necessário que levaria, de acordo com a leis naturais, as raças inferiores à extinção inevitável.

A MISSÃO CIVILIZADORA e a terra ignota

Há uma série de críticas no livro *Coração das trevas* à ideia, bastante presente no contexto europeu para justificar a própria violência imperial, de *missão civilizadora* – “a projetos não só cruéis, mas ainda bem-intencionados, de levar a luz aos lugares e povos escuros deste mundo por meio de atos da vontade e demonstrações de poder” (SAID, 2011, p. 72). A complexidade de autores como Conrad é que, diferentemente de outros escritores coloniais, seus textos não buscavam simplesmente manter o controle do império tal como estava. Há, neles, a presença de uma consciência crítica aguda que parte do interior do império. O narrador de *Coração das trevas*, Marlow, conta que, antes de partir rumo ao Congo para seu novo trabalho, teve um encontro de despedida com sua tia, em que ela trouxe uma série de visões ingênuas sobre o colonialismo:

Parece, porém, que eu era um dos envolvidos na Obra, com maiúscula – sabem como é. Algo como um emissário da luz, uma espécie inferior de apóstolo. Besteiras dessa ordem vinham circulando em profusão naquela época, tanto em letra impressa como de viva voz, e a boa senhora, exposta à euforia de toda aquela vigarice, acabara se deixando levar. Falou de ‘desapegar esses milhões de ignorantes dos seus modos horrendos’, insistindo a tal ponto que, dou-lhes a minha palavra, fiquei muito constrangido. *E me arrisquei a sugerir que a Companhia existia para dar lucro* (CONRAD, 2008, p. 23, grifos nossos).

Se a tia de Marlow expressava a opinião de muitos cidadãos da metrópole do período sobre um suposto caráter benéfico do empreendimento imperial, o próprio Marlow parece ter consciência de que isso não passava de uma mentira para esconder que o que estava em jogo era apenas uma busca desenfreada por lucro. De acordo com Said, os narradores de Conrad “não correspondem ao

padrão das testemunhas irreflexivas do imperialismo europeu. Eles não aceitam simplesmente o que se passa em nome da ideia imperial” (SAID, 2011, p. 70). Na verdade, eles se encontram num lugar peculiar que lhes permite compreender como funciona a máquina imperial, e apontam como ela não está em perfeita sincronia com a ideia propagada a seu respeito: “[a]o acentuar a discrepância entre a ‘ideia’ oficial do império e a realidade tremendamente desconcertante da África, Marlow abala a noção do leitor sobre a própria ideia do império” (SAID, 2011, p. 71). Há, portanto, um distanciamento irônico por parte de Conrad, que permite gerar uma sensação de estranhamento, de que há algo profundamente errado em todo o empreendimento imperial. Said aponta, entretanto, que o escritor, preso à sua época, era incapaz de “dar o passo seguinte, que seria reconhecer que o que viam, de modo depreciativo e desqualificador, como ‘treva’ não europeia era de fato um mundo não europeu *resistindo* ao imperialismo” (SAID, 2011, p. 72).

Segundo Luiz Costa Lima (2011), a obra de Conrad tematiza o declínio moral do homem branco europeu em território colonizado, que, ao invés de praticar atos heroicos e nobres, se entrega a todo tipo de violência e vileza contra a população nativa. É importante destacar que, politicamente, o escritor Joseph Conrad não era contrário ao imperialismo britânico e a seu poderio nas inúmeras colônias ao redor do mundo. Sua ficção, entretanto, recorrentemente reflete sobre a conduta do homem branco europeu nas colônias distantes, em meio a um contexto de solidão, de doenças, de contato com povos que resistiam com culturas totalmente diferentes da sua. Soma-se a isso a distância de qualquer instituição controladora por parte dos Estados imperiais, de modo que esse homem branco acabava sucumbindo à loucura e/ou a comportamentos criminosos. Nesse sentido, Lindqvist (2023, p. 175) afirma que “a ‘civilização’ em território selvagem é representada por ‘comerciantes, colonos, piratas e condenados em fuga’ – em suma, brancos que podem fazer o que bem entenderem sem estarem sujeitos a nenhum tipo de crítica ou de controle”. Lima (2011) enfatiza, entretanto, que esse comportamento não é resultado da ação de indivíduos isolados que agem por conta própria contrariamente a uma norma que seria esperada nesse contexto. Na obra de Conrad, o desvio é a própria norma do *ethos branco* no contexto colonial.

Ao propor uma comparação entre *Os sertões* e *Coração das trevas*, é importante destacar uma diferença fundamental entre as duas obras: enquanto Euclides da Cunha cria a figura de um “narrador sincero”, que se propõe a narrar de forma neutra e objetiva os acontecimentos que desembocaram no massacre de Canudos, e a explicar o homem e a terra daquela região, Conrad cria sua história a

partir da perspectiva de Marlow, um narrador parcial e medíocre (LIMA, 2011), que conta os acontecimentos para companheiros de bordo de uma embarcação. Com esse recurso de Conrad, há, para o leitor, um distanciamento que pode suspeitar da narrativa, não se identificar com o narrador, questionar suas motivações e virtudes. A frase “Exterminem todos os brutos” escrita por Kurtz em seu relatório em que defende o progresso civilizatório europeu entre os selvagens pode, assim, ser interpretada como uma crítica à violência genocidária subjacente ao projeto colonial, mesmo que o narrador Marlow tenha achado o este texto “excelente”.

Enquanto em Conrad é explícita a proposta de mistura com o terreno ficcional, o livro de Euclides da Cunha assume predominantemente o tom de uma narrativa historiográfica de inspiração positivista, em que o autor se apaga enquanto alguém participante dos acontecimentos. Ou seja, o seu “narrador sincero” descreveria os fatos não a partir de uma perspectiva específica e parcial (e que participou ativamente de um dos lados do conflito), mas sim de um ponto de vista universal e amparado numa toda poderosa ciência. Assim, Euclides da Cunha parece tentar encarnar o que Said (2011) chama de *supersujeito ocidental*, “um escriba invisível, cujo texto fala do Outro e, simultaneamente, insiste em seu caráter científico desinteressado” (SAID, 2011, p. 270), um observador que possuiria uma perspectiva supraobjetiva e que seria capaz de devolver “a história a povos e culturas ‘sem’ história” (SAID, 2011, p. 79). Willi Bolle (2004) critica a suposta sinceridade de Euclides da Cunha, principalmente pelo fato de ele não ter problematizado o próprio lugar que ocupou enquanto intelectual que tinha se pronunciado a favor da guerra: “que sinceridade é essa que denuncia nos soldados a prática da degola e não investiga o intelectual que os conclamou para a guerra?” (BOLLE, 2004, p. 38). Podemos, portanto, colocar sob suspeita o narrador invisível d’*Os sertões* assim como fazemos com Marlow, em *Coração das trevas*. Ao vermos esse narrador de Euclides da Cunha como mais um personagem envolvido na narrativa, é possível questionar sua visão da história como uma representação fidedigna da realidade, enfatizando a dimensão ficcional de seu relato.

N’*Os sertões*, Euclides da Cunha mobiliza uma série de teorias científicas do período para tentar explicar o sertão e o “homem” que o habita. Entretanto, em diversos momentos, parece haver uma resistência a esse saber. As teorias falham e o objeto de modo desconcertante desarma o “narrador sincero” que tentava conhecê-lo. Como chama a atenção Luiz Costa Lima (1997), aparece no livro a

imagem da *terra ignota* como um lugar que resiste ao conhecimento científico. O crítico argumenta como, em *Os sertões*, há a centralidade da ciência como técnica de domínio. Assim, Euclides da Cunha internaliza uma imagem de ciência totalizante e intolerante ao autoexame: “a ciência é a única e incontestada autoridade. Fora dela, há crenças, fantasias, opiniões” (LIMA, 1997, p. 120). Lima aponta como Euclides da Cunha assume perante a ciência “a posição de um inflexível crente” (LIMA, 1997, p. 187). Em *Os sertões*, o narrador sincero afirma o seguinte: “Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir” (CUNHA, 2016, p. 37). Assim, um dos objetivos explícitos do livro seria definir cientificamente aquele território, sendo que isso não tinha acontecido até aquele momento porque nenhum cientista havia se debruçado com o tempo e os instrumentos necessários. Essa tarefa assume absoluta importância para Euclides da Cunha, pois era fundamental se compreender os sertões para compreender o Brasil: “[é] com essa convicção no poder decifrativo da ciência que Euclides considera a guerra de Canudos como uma espécie de laboratório: o episódio com que se haveria de entender o país” (LIMA, 1997, p. 122).

A forma como Euclides da Cunha lida com esse território que resiste ao conhecimento é mobilizando de modo contraditório uma série de teorias científicas de seu tempo. O problema é que recorrentemente, ao longo do livro, esse projeto cientificista parece falhar, e, como aponta Lima (1997), o próprio Euclides da Cunha parece duvidar de seus instrumentos para examinar e medir o seu objeto de estudo. Trata-se, portanto, de um objeto que resiste à sua máquina de explicação científica. O autor de *Os sertões*, embora tenha essa ambição totalizante, parece sempre se deparar com a terra ignota: “Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la” (CUNHA, 2016, p. 191). A força do texto de Euclides da Cunha parece residir justamente em quando seu projeto de totalização falha, quando ele fica desconcertado e desarmado diante daquilo que se propunha a entender, quando se depara com a impossibilidade de explicar o sertão. O autor parece demonstrar consciência de que seu projeto estava fadado ao fracasso: “De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido ainda o será por muito tempo” (CUNHA, 2016, p. 37). O caráter de estranheza desconcerta o cientista sereno que se propõe a examinar aquele território: “O que se segue são vagas conjecturas. [...] O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra” (CUNHA, 2016, p. 38). Euclides

da Cunha, ao ser uma testemunha da enorme violência que caracterizou a campanha de Canudos, é tomado pelas emoções da guerra, o que contaminaria a suposta neutralidade necessária para o empreendimento científico. Desse modo, o seu projeto de explicar o sertão – a terra e o homem que a habita – falha por conta da enorme violência que presencia, e que sente urgência em denunciar.

CONSIDERAÇÕES finais

Em estilos bastante distintos, Conrad e Euclides da Cunha fazem incisivas denúncias em seus textos: o primeiro contra o imperialismo europeu e a violência colonial e o segundo contra o crime do Estado brasileiro cometido contra os sertanejos em Canudos. Suas denúncias, entretanto, estão entremeadas por um discurso que, por outro lado, inferioriza as vítimas, e de alguma forma legitima sua subjugação. Podemos estender para Euclides da Cunha o caráter paradoxal destacado por Said (2011) em Conrad, que permite vê-lo como simultaneamente imperialista e anti-imperialista, criticando por um lado a violência do empreendimento colonial das potências europeias, e por outro sendo “profundamente reacionário quando se tratava de conceder que a África ou a América do Sul pudesse algum dia ter uma história ou uma cultura independentes” (SAID, 2011, p. 19). O crítico destaca a arrogância paternalista de Conrad, que “escreve como homem cuja visão ocidental do mundo não ocidental está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações” (SAID, 2011, p. 18). Quando pensamos no Brasil, em seu território imenso e em sua pluralidade, não dá para pensar em uma única história ou uma única cultura, ou melhor, isso é apenas possível a partir de uma violência, em que se silencia a diversidade em nome de uma cultura supostamente pura e nacional. Se há diversas memórias e culturas em um mesmo território, em Canudos, aquilo que era da ordem da diferença foi traduzido por Euclides da Cunha como algo primitivo e inferior, que deveria, portanto, ser suplantado.

Said (2011) ressalta também que Conrad escreveu pensando em um público exclusivamente ocidental, mesmo quando criou narrativas sobre personagens, lugares ou situações que diziam respeito aos territórios ultramarinos dominados pelos europeus. Ou seja, era impensável para ele que habitantes do Congo, ou até mesmo de outras colônias europeias lessem *Coração das trevas*. Segundo o crítico, na época da publicação do livro, “não se esperava que os leitores de

Conrad fossem indagar ou se preocupar com o que havia acontecido aos nativos” (SAID, 2011, p. 266). No contexto atual, sabemos que os povos não europeus não aceitavam indiferentes e em silêncio a autoridade que foi projetada sobre eles. Também Euclides da Cunha escreveu visando um público leitor branco das grandes cidades do litoral do Brasil, sem se preocupar que parte significativa de brasileiros fora desse círculo restrito poderia ficar ofendida e indignada com o modo como foi feita a representação. Hoje, os leitores que vivem na região de Canudos, no interior da Bahia e do Nordeste podem questionar e protestar sobre o modo como a história foi contada, como as pessoas que poderiam ser seus antepassados foram retratados, e como suas culturas e costumes foram estereotipados e inferiorizados.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. “An image of Africa: racism in Conrad’s Heart of darkness”. *The Massachusetts Review*, v. 57, n. 1, p. 14-27, Spring 2016. DOI: <https://doi.org/10.1353/mar.2016.0003>
- BARROS, Joana. “Desenvolvimento e narrativas do atraso: a campanha contra Canudos e as veredas da resistência”. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. (Orgs.). *Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 18-34.
- BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; São Paulo: Editora 34, 2004.
- CALASANS, José. *Ciclo folclórico de Bom Jesus Conselheiro*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.
- CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu; São Paulo: Sesc, 2016.
- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOHNSON, Adriana Michéle Campos. *Sentencing Canudos: subalternity in backlands of Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2010.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: nas margens do Ocidente*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LINDQVIST, Sven. *Exterminem todos os malditos: uma viagem a Coração das trevas e à origem do genocídio europeu*. Tradução Guilherme da Silva Braga. São Paulo: Fósforo, 2023.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010.

MELO, Alfredo Cesar. “Crítica da razão nacional-ocidentalista: por uma nova abordagem pós-colonial nos estudos brasileiros”. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 17-40, ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/1517-106x/20202221740>.

REESINK, Edwin. “Saber os nomes: observações sobre a degola e a violência contra Bello Monte (Canudos)”. *Revista AntrHopológicas*, v. 24, n. 2, p. 43-73, jul. 2013.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23802>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

YOUNG, Robert J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. Tradução de Sergio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Artigo recebido em: 30 de agosto de 2024.

Artigo Aprovado em: 06 de setembro de 2024.